

UMA CIDADE NA RIBEIRA DO JAGUARIBE: CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE LIMOEIRO (1911-1930)¹

José Olivenor Souza Chaves*

O presente texto tem por objetivo apresentar algumas reflexões acerca dos procedimentos que temos adotado dentro do processo de desenvolvimento da pesquisa desenvolvida no arquivo da Biblioteca Municipal Dr. João Eduardo Neto, na cidade de Limoeiro do Norte. Na referida instituição, a partir dos Livros de Atas, buscamos reunir a maior quantidade possível de indícios acerca do funcionamento e atuação da referida instituição camarária durante o período compreendido pelos anos de 1911 a 1928.

Ao tomar como referência o arquivo acima referido, estou convicto de que o mesmo preserva vestígios de histórias que precisam ser pesquisada e interpretada de modo a trazermos, para a narrativa histórica, sobretudo, a complexidade dos enredos cotidianos, nos quais também se acham inscritos os acontecimentos políticos e seus mais diversos “protagonistas”.

Ao perseguir os enredos cotidianos, esquadrinhando os conteúdos das atas camarária, tenho por intenção estabelecer níveis de compreensão acerca da história da cidade, privilegiando, entre outras temáticas, o viver cotidiano da população, compreendido a partir dos indícios que nos fazem interpretar os costumes, a ordenação do espaço público e dos meios empregados para o controle da população através, sobretudo, dos Códigos de Postura Municipal.

Ao eleger os Livros de Atas como principal fonte de pesquisa, não me esquivo da compreensão de que os mesmos possuem valor jurídico e histórico, embora não contemplem a verdade irrefutável, necessitando, cada um dos seus conteúdos, serem interpretados à luz dos pressupostos teórico-metodológicos mais contemporâneos. Portanto, como qualquer outra tipologia de fonte de pesquisa histórica, as atas camarárias requerem investimentos teórico-metodológicos voltados para o eixo que lhe confere o estatuto de fonte oficial.

Embora as atas camarárias sejam minha principal fonte de pesquisa, o processo de desenvolvimento da pesquisa empírica já me fez compreender o quanto esse modelo de fonte se acha, metaforicamente, preenchido por inúmeros vazios que muito dificulta a composição de um inventário temático e a escritura de uma narrativa que lhe dê sentidos. Apesar dos

* Professor do Curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, campus da Universidade Estadual do Ceará – FAFIDAM/UECE, na cidade de Limoeiro do Norte.

vazios, das informações destituídas de detalhes, da ausência mesmo de conteúdo, em muitas das atas, não me é dado o direito, enquanto historiador, de inventar matérias, dados que pudessem substanciar a escrita da história. Com o encargo de reescrever, a partir de meu discurso historiográfico, todo o legado pesquisado nos Livros de Atas da Câmara de Limoeiro, referente aos anos de 1911 a 1930, não posso me perder na paralisia da lamentação em virtude dos silêncios que são, muitas vezes, imperiosos no corpo do documento. No escopo de meu ofício, no processo de produção de meu discurso historiográfico, através do qual devo contar e narrar as tramas que darão sentidos à história, analiso o conteúdo de cada documento para além do que está nele explícito, ao mesmo tempo em que persigo o cruzamento com outras fontes de pesquisa, ampliando, assim, as possibilidades de interpretação histórica dos referentes empíricos por mim pesquisados.

Arrebatado por esta perspectiva, dentro do processo de leitura e interpretação das atas camarárias, não me enfado na busca de nenhuma causa primeira, na remontagem de nenhuma origem tomada como explicação para a história, pois, como nos esclarece Durval Muniz de Albuquerque Jr (2007, p.67,68), uma história frequentemente começa por um acontecimento raro, fora da plenitude da razão, cercado de vazios e silêncios, clamando por explicação à qual deverá ser estabelecida dentro de uma narrativa que leve em consideração o evento histórico em suas conexões e disjunções com outras séries de eventos que compõem uma trama histórica sempre carente de investigação, de análise, de saber. As séries históricas se proliferam quanto mais possamos estabelecer novas ligações entre elas, articulando-as, de maneira inovadora, em uma nova trama, em um novo enredo. No campo da historiografia, portanto, as inovações devem nascer das novas conexões que consigamos estabelecer entre as séries de eventos e documentos que conhecemos e não apenas das novas perguntas que somos capazes de fazer aos documentos.

Embora esteja palmilhando o chão das muitas matérias deixadas pelo passado, território de incertezas e dificuldades, simbolizadas, cada uma delas, nas amareladas páginas dos livros de atas, muitas delas já carcomidas pela ação do tempo e pela má conservação, enquanto historiador, sou eu o responsável pela seleção, recorte e elaboração de todo e qualquer conteúdo histórico, objetivando enxergar não apenas um horizonte de continuidade e repetição, mas, também, e sobretudo, as práticas que se alteram, que saem da rotina, que se diferencia da ordem, que emerge, irrompe diferencialmente, pois é o jogo entre a repetição e a mudança das práticas que produz a estrutura. Coexistindo, metamorfoseando-se aos acontecimentos, as estruturas são as formas de regularidade dos acontecimentos, as regras inscritas nas próprias práticas sociais, que, no entanto, não impede o acontecimento desviante,

a transformação inesperada, o acaso instaurador de novos processos (Muniz, 2007, p.69,70,71).

Nos monturos do passado, tenho, pois, procurado esquadrihar enredos de histórias, perscrutando, quando possível, vidas, falas, sentidos e sentimentos que não podem ser classificados, ordenados e explicados pela razão. Nessa empreitada, miro a explicação dos fatos, à sua interpretação, mas, antes, me acho disposto para perseguir suas linhas de constituição, ou seja, as lutas, experiências, falas e silêncios que compõem a tessitura de qualquer fato, evento histórico. (MUNIZ, 2007, p.153)

No canteiro de obras do passado, tenho, de maneira atenta, fugido da clausura de esquemas conceituais que não se adéquam aos conteúdos históricos por mim definidos/pesquisados. Julgando ser indispensável o uso de conceitos, estou cômico de que à sua construção ou desconstrução é requerida pela própria pesquisa. (Muniz, 2007, p.250)

Com esse cuidado, do mesmo modo que não intenciono ter qualquer postura de sacralização dos fundos documentais por mim pesquisados, pois nenhuma fonte histórica constitui o real em toda sua realidade, representando apenas versões deste, quero me distanciar de textos e autores que não favoreçam minha atividade intelectual de leitura e interpretação dos objetos históricos pesquisados. Fugindo a esse aprisionamento, não estou pretendendo uma análise mais verdadeira ou a melhor, mas tão somente a que me seja possível formular. Citando Hayden White, Michel de Certeau e Paul Veyne, Durval Muniz (2007, pp.235,236) nos esclarece que *“a escolha de uma opção teórica e metodológica em História não se dá porque tal ou qual teoria é mais científica, oferece melhor acesso à verdade ou ao real, mas apenas por melhor atender a pressupostos éticos, morais, religiosos, filosóficos ou políticos diferenciados entre os historiadores”*.

No corpo de minhas reflexões teórico-metodológicas, o objeto histórico tem sido tomado, sempre, como uma construção do historiador, não cabendo a este, portanto, buscá-lo, na sua suposta materialidade e objetividade, no próprio passado, pois não são os fatos, as evidências, muitas vezes chamadas de empiria, que devem comandar a produção do conhecimento. Partindo do pressuposto de que nada é evidente em si mesmo, compreendo que o documento só se torna evidência no momento em que é evidenciado pelo trabalho reflexivo do historiador. Portanto, é o historiador, através de seus próprios procedimentos, aparatos e pressupostos teóricos e metodológicos, quem evidencia um dado evento ao mesmo tempo em que, nos bastidores, despreza outros tantos acontecimentos. Sendo assim, de acordo com meus interesses de historiador, poderei, a partir dos inventários temáticos produzidos com base nos documentos camarários por mim pesquisados, atribuir a um determinado fato ou

acontecimento vários significados. Considerando ainda as várias interpretações que um mesmo documento pode ter, convém deixar claro que é a narrativa, empregada pelo historiador, quem operará a aderência entre presente e passado, com todos os seus recortes empíricos e simbólicos, objetivos e subjetivos. (Muniz, 2007, p.24,25,26)

Os Livros de Ata, fonte de minha pesquisa, mesmo possuindo um caráter oficial, um valor jurídico e histórico, não foram tomados, em momento algum, como retratos de uma verdade irrefutável. Esta postura nos fez estar atentos para saber interpretar seus conteúdos, muitas vezes ambíguo ou infiel. A leitura atenta de cada um dos fundos documentais nos permitiu estabelecer níveis de compreensão acerca da interligação entre a estrutura e a ação efetiva dos sujeitos sociais constituídos na cidade de Limoeiro das décadas de 1910 e 1920.

No processo de desenvolvimento da pesquisa no arquivo da Biblioteca Pública foi sendo desenvolvida a metodologia de trabalho dentro do seguinte cronograma de atividades: levantamento das fontes de pesquisa, especialmente dos Livros de Atas da Câmara; composição de um banco de imagens digitalizadas das fontes pesquisadas, num total aproximado de 1.027 imagens; transcrição dos conteúdos que foram foto digitalizado. Após a transcrição das atas, procedeu-se a construção de um inventário descritivo/analítico, contemplando, ano por ano, cada fundo documental pesquisado. O objetivo do referido inventário era de facilitar a compreensão das diversas temáticas presentes principalmente no conjunto das atas camarárias. Paralelo às atividades de pesquisa juntos aos fundos documentais, foi sendo realizada a necessária revisão historiográfica acerca do período histórico compreendido pelo recorte temporal da pesquisa, de maneira a nos permitir elaborar um amplo quadro de informações sobre o período histórico estudado. Na esteira dessa ampla revisão historiográfica, tenho privilegiado desde as produções do Instituto Histórico do Ceará, criado em 1887, até as mais recentes contribuições que marcam a historiografia brasileira a partir da década de 1980, as quais abordam os períodos colonial, imperial e republicano.

A prática da pesquisa, no arquivo acima mencionado, foi marcada por um conjunto de dificuldades que, mesmo de maneira breve, se faz oportuno evidenciar: a primeira, diz respeito à técnica a ser utilizada no processo de captação da imagem digital de cada uma das atas que compunham os chamados Livros de Atas, pois se queria, ao máximo, evitar o registro da imagem tremida, embaçada, à qual viesse a dificultar a leitura de seu conteúdo no computador, o que, lamentável e inevitavelmente, acabou por acontecer. O processo de transcrição das cercas de 1.027 imagens foto digitalizadas também impôs algumas dificuldades, haja vista à compreensão da letra dos secretários da Câmara, trabalho marcado pelo constante exercício de paciência e disciplina. Durante o curso de transcrição dos textos



camarários, outros problemas foram surgindo em virtude do programa do computador não aceitar, automaticamente, a gramática comumente utilizada em fins do século XIX e inícios do século XX. Isto fez com que cada bolsista tivesse que retornar, constantemente, ao conteúdo digitado para operar as devidas mudanças visando à permanência do conteúdo original, tarefa que também exigiu tempo, paciência e disciplina. Somada às dificuldades de ordem técnica, a falta de uma infraestrutura adequada para o exercício da pesquisa, potencializada pelo calor escaldante do ambiente concebido como “arquivo”, exigia, de cada um de nós, naquelas horas de trabalho, a excelência no compromisso com a pesquisa e com a “preservação” de nosso passado.

Embora um amplo inventário das pautas que orientavam os trabalhos na Câmara de Vereadores tenha sido construído dentro do fazer-se da pesquisa, não tenho por intenção, neste texto, construir um discurso interpretativo sobre nenhuma das temáticas inventariadas. Em virtude dos limites que nos é imposto, apenas daremos destaque empírico a algumas das problemáticas que mais nos tem chamado à atenção no processo de desenvolvimento da pesquisa.

A documentação pesquisada, em boa medida, é marcada pela descontinuidade, chegando, em alguns pontos, a ter um caráter ambíguo, não apenas em relação às matérias tornadas pautas de discussões entre os vereadores, mas, também, em relação à seu próprio caráter de documento oficial na medida em que nele não se acha discriminado/narrado os temas mais diretamente abordados pelos vereadores presentes nas sessões camarárias. Por essa razão, não a tomo como uma unidade de sentido, pois a mesma se acha aberta a múltiplas leituras. Esse veio aberto para várias interpretações, não representa nenhum problema do ponto de vista teórico-metodológico, pois à história deve interessar tudo que, de alguma maneira, fuja a formação de uma imagem coerente, racional, lógica, verdadeira do passado, assim nos esclarece Durval Muniz (2007, p.240). Sendo assim, toda matéria que apresente caracteres dessemelhantes em relação aos conteúdos pesquisados me chama a atenção e me impõe, como tarefa, a demarcação dos fluxos que possam melhor alimentar a escrita da história por mim levada a efeito.

Do ponto de vista conceitual, a noção de espaço tem sido fundamental para o processo de desenvolvimento da pesquisa, pois me tem possibilitado, de alguma maneira, e a partir dos conteúdos presentes nas atas da Câmara, esquadrihar o espaço da cidade de Limoeiro no período aqui contemplado – 1911-1930.

Segundo Muniz (2010, p.217), o espaço durante muito tempo não representou um objeto de preocupação para os historiadores. O mesmo era tomado como um dado óbvio,

elemento fixo e imóvel. No entanto, são as práticas cotidianas, com suas tramas e enredos, que estabelecem os espaços. Sendo assim, os espaços representam uma totalidade que é passageira, cuja duração varia de acordo com intervalos de tempo que necessitam para se estabelecerem e se desmancharem. Partindo desta compreensão, não podemos desprender os espaços das tramas, dos eventos, das cenas que neles se desenrolam e a eles dão sentido. Portanto, mais do que os lugares materializados no presente como um pedaço do passado, os lugares que interessam aos historiadores são aqueles sedimentados pelas sucessivas camadas de relações sociais e de sentidos culturais. Os espaços são, pois, resultados das práticas diversas e dos sentidos, também diversos, que a eles foram dados. (MUNIZ, 2010, p.221)

Tomando como referentes de análise os pressupostos acima apresentados, induzo meu olhar na direção que me possibilite perceber as dimensões espaciais dos acontecimentos, das práticas humanas, das relações sociais, não como algo já dado, algo já sabido, naturalizado, mas como algo cultural e historicamente construído.

Analisadas em série, as atas da câmara nos têm permitido fazer um inventário da elite política da cidade de Limoeiro no período recortado para esta pesquisa (1911-1930). Os quadros construídos até o presente momento nos permite enxergar a permanência, em cada nova legislatura, de um grupo de vereadores. Essa prática política me faz pensar justamente nas dimensões espaciais dos acontecimentos, das práticas humanas, e sobretudo das relações sociais, numa comunidade marcada pelo personalismo, pelo compadrio e pela prática da cordialidade que, de maneira direta, demarcava os espaços das práticas cotidianas e interferia na composição da administração municipal.

De maneira geral, os vereadores eleitos eram proprietários rurais, residindo em suas próprias fazendas ou sítios, além de alguns comerciantes moradores da cidade. No entanto, isto não significa dizer que a colocação de vereador fosse requerida pelas principais lideranças dos grupos familiares que se apresentavam como dominantes no contexto espacial do município de Limoeiro no período compreendido por esta pesquisa. De modo geral, os nomes dos principais expoentes políticos não aparecem nas composições dos quadros de vereadores eleitos, estando estes últimos, portanto, subordinados aos mandos de seus dirigentes políticos, fosse este um parente direto ou não. Isto nos faz inferir que as câmaras municipais não reservassem tantas atribuições aos seus representantes mais diretos, notadamente seus vereadores. Podemos tomar como pressuposto, também, a inexpressiva receita orçamentária, além da quase falta de autonomia da instituição camarária frente à força e ao poder dos grupos familiares, de onde emergiam o grupo de homens denominado de vereadores. Investigar os

significados, os sentidos que o espaço da Câmara assumia, nos destinos da cidade/município, me parece ser uma questão importante, para, noutra momento, tratarmos com mais vagar.

Apesar da permanência de grande parte dos vereadores à frente do legislativo municipal, as atas não informam a que partido os vereadores se achavam filiados, pois, seguramente, a filiação partidária era o que menos importava naquele cenário de relações de poder demarcadas pela força econômica e pelo prestígio sociopolítico conferido a cada núcleo familiar. O que se verifica é que as práticas políticas não estavam alinhadas a nenhuma postura de inspiração ideológica, mesmo as de caráter liberal ou conservador. O que havia, de fato, eram ações baseadas na defesa dos interesses do grupo familiar ou dos grupos familiares que se consorciavam nas práticas dos favores mutuamente prestados.

Devemos considerar que os espaços territoriais e simbólicos demarcados pela fazenda, somados à autoridade conferida as famílias mais portentosas da região, eram, de fato, o poder que as populações sertanejas conheciam e atestavam. Nesse cenário, as práticas do personalismo, do compadrio e da cordialidade, alinhadas aos valores tradicionais de defesa da honra, regulavam todas as dimensões de poder político, bem como a defesa da “ordem” e a garantia da “justiça” social. (10)

De maneira geral, não inferimos nas dezenas de páginas que compõem as atas camarárias nenhuma preocupação relativa à burocracia municipal, à composição da justiça, bem como de um efetivo corpo policial. Todas essas demandas eram mitigadas pela autoridade dos grupos familiares que mais somavam estratos de poder político, social e econômico.

Não obstante à vila de Limoeiro tenha ascendido à condição de cidade no ano de 1897, não podemos deixar de inferir que, em grande medida, os espaços eram demarcados por valores e práticas rurais. Embora as feições da chamada máquina pública se achasse desenhada em toda a sua materialidade, esta ainda apresentava muitos veios através dos quais os proprietários rurais faziam valer a força de seus interesses sobre todos aqueles que, de alguma maneira, apresentassem o espectro do rival. Por essa razão, sem grande esforço, identifico a permanência de determinados grupos familiares dominando à cena política e as instituições públicas municipais. (56)

É razoável compreendermos que, no contexto da chamada Primeira República, a família parental era a principal aliada do Estado na promoção e controle da burocratização da sociedade. Para isto, a qualificação de seus quadros e a conseqüente inserção dentro da máquina política e burocrática a nível municipal e, sobretudo, estadual, se fazia necessária.

Dessa maneira, mesmo perdendo, por assim dizer, parcelas de sua autonomia política, as famílias poderosas do sertão continuavam demarcando os espaços de seu poder.

Entre as parentelas familiares que mais se destacaram no período relativo a este estudo/pesquisa (1911-1930) podemos ressaltar alguns nomes, entre muitos outros: Raimundo de Estácio de Sousa; Coronel Malveira e Camilo Brasiliense que juntos comandavam o comércio da cidade; Cândido Gonçalves Malveira e Antônio Joaquim Nogueira Maia, comerciantes; Francisco Joaquim; os coronéis Francisco Nunes Guerreiro (Coletor Federal) e José Nunes Guerreiro, Tabelião e proprietário na Ubaia, este último foi um dos líderes políticos que nunca assumiu nenhum mandato de vereador, prefeito ou deputado; Miguel Vieira de Melo, rico fazendeiro para os padrões da época; Antônio Lopes de Andrade, fazendeiro que também nunca foi candidato a nenhum cargo político, embora se constituísse num importante comandante da política local; José Vidal de Souza Maciel, fazendeiro; Joaquim Evaristo Gadelha, proprietário rural no Bonfim; Miguel Vieira de Melo; José Nunes Ferreira Maia, proprietário rural e comerciante de gado nas Danças; Manoel Fidelis da Costa, comerciante e agropecuarista; Francisco Pergentino Mendes Guerreiro, presente na política limoeirense por quase quarenta anos, entre as décadas de 1920 e 1960.

É imperioso destacar, desde já, a necessidade de tratarmos estes personagens como identidades construídas por suas práticas, seus discursos, e não como sujeitos históricos concretos. Não quero com isso negar a existência de nenhum destes indivíduos, pois todos se fizeram presentes no contexto histórico do Limoeiro das primeiras décadas do século XX, embora, de suas existências, apenas tenham nos chegado fragmentos, salvo por alguma forma de escritura ou relatos orais. Segundo Durval Muniz (2007, p.238), o que devemos fazer é nos interrogar “sobre o porquê de terem sido inscritos numa história, numa memória, num determinado momento”.

Entre os principais líderes políticos de Limoeiro, acima destacados, constam alguns padres que, para além da função de clérigos, tiveram expressiva participação e influência na vida política da cidade e do município de Limoeiro. São eles: o Cônego Climério Chaves, que esteve à frente da igreja ainda na década de 1860; Padre Ancelino Viana Arrais, no período de 1908 a 1914; e, Padre Odorico Chaves, sucessor do Padre Acelino Arrais. Desde o período imperial, a Igreja assumiu encargos no que se refere à administração do viver cotidiano sobretudo nas distantes vilas e povoações do sertão. Dada à importância social e política que um sacerdote católico assumia perante sua comunidade de origem ou de atuação, presente era o interesse das famílias rurais de que um de seus membros ascendesse ao posto de sacerdote, pois, dessa forma, poderia agregar mais poder para a família. Portanto, a Câmara Municipal e

a Igreja eram os principais pilares da arquitetura de poder que regulava, de maneira mais formal, a vida da comunidade em todas as suas dimensões, em todos os seus matizes.

Em virtude dos limites deste texto, apenas me foi possível apresentar algumas questões de caráter mais político, me esquivando de, com mais densidade, apresentar outros resultados da operação historiográfica que está sendo construída, entre os quais posso destacar os Códigos de Posturas Municipal como sendo importantes indícios para a leitura e a interpretação de vários aspectos das práticas cotidianas que marcaram o viver da população da vila/cidade de Limoeiro em fins do século XIX e inícios do século XX.

A propósito dos Códigos de Postura Municipal, desde a década de 1870, quando Limoeiro ainda era vila, os mesmos foram sendo tomados como pauta de discussão no legislativo municipal, objetivando constituir um código de leis para reger o cotidiano da comunidade urbana e rural. Na sessão de 04 de dezembro de 1917, o Presidente da Câmara determinou que o advogado Francisco Xavier confeccionasse um código de postura para o município, devendo o mesmo receber a quantia de trezentos mil réis como pagamento pelos serviços prestados. Na sessão ordinária de 13 do mesmo mês e ano, em tempo recorde, o código de postura fora aprovado em segunda discussão. No entanto, na sessão de setembro de 1926, a Câmara de Vereadores, reunida ordinariamente, abordou o código de posturas do município. Conforme o que se acha na ata da referida reunião camarária, apenas o artigo de número 10, e seus respectivos parágrafos, foram tomados como pauta para as discussões entre os representantes do legislativo municipal. O documento em questão, no entanto, não nos informa acerca das motivações que levaram os vereadores a reverem o referido artigo e parágrafos que a ele diziam respeito, nem, muito menos, o conteúdo dos mesmos. A falta desta última informação nos impede de fazer algumas inferências quanto às necessidades cotidianas de uma readequação do código de postura municipal na parte que fora apreciada pelos vereadores.² De todo modo, clara é a intenção da elite política local, certamente sob os auspícios de interesses maiores, de organizar e normatizar a sociedade local.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. **Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.

- BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império:** o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, Maristela Chicharo de. **O Governo da Cidade:** elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890). Niterói, RJ: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2004.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Nos Caminhos da Acumulação:** negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835. Niterói, RJ : Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem:** a elite política imperial; **Teatro de Sombras:** a política imperial. 2ª. ed. rev. Rio de Janeiro : Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CHAVES, José Olivenor Souza (org.). **Vale do Jaguaribe:** Histórias e Culturas. Fortaleza: Luxprint; Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2008.
- _____. **Vale do Jaguaribe:** Autos do Passado. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2010.
- COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808).** Niterói, RJ: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 351-386 (O Brasil Republicano; v.1)
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em Busca da idade de Ouro:** as elites políticas fluminense na Primeira República (1889-1930). Niterói, RJ: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991.
- FERREIRA NETO, Cicinato. **Estudos da História Jaguaribana:** documentos, notas e ensaios diversos para História do Baixo e do Médio Jaguaribe. Fortaleza: Premium, 2003.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. “Funções, hierarquias e privilégios urbanos – a concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais”. **Varia Historia.** Belo Horizonte, n. 29, p. 39-51, 2003.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva Gouvêa e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVII.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

- GALENO, Alberto S. **Território dos Coronéis**. 2. ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. In. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro**. vol. 2, n. 4, 1989, p. 244-280.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias: Rio de Janeiro 1822-1889**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Fapesp, 2008.
- LEMENHE, Auxiliadora. **As razões de uma cidade: Fortaleza em questão**. Fortaleza: Stylos, 1991.
- _____. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: Annablume / UFC, 1995.
- LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: A. Almeida, 1997.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Fernandes Távora e o tenentismo no Ceará: (1921-1924)**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.
- MOTA, Aroldo. **Historia política do Ceará: 1889-1930**. 2. ed. Fortaleza: ABC, 1999.
- OLIVEIRA, Desidério L. D. **Legislação sobre os municípios, comarcas e distritos de 1835 a 1925**. Rio de Janeiro: Instituto de Fomento e Economia, 1926.
- PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite política do Ceará provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- PINHEIRO, Francisco José. O Vale do Jaguaribe: de um espaço livre dos povos indígenas para uma região da pecuária. In. **Proposta**, Fortaleza, v. 6, n. 6, 1999.
- PORTO, César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político norte-mineiro durante a primeira república**. Belo Horizonte, MG : Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- SILVA, Marilda Santana da. Por uma nova forma de escrever e ensinar sobre as práticas políticas e administrativas do Ceará no período colonial. In. RAMOS, Francisco Régis Lopes; LUCAS, Meize Regina de Lucena (org.). **Tempo no Plural: memória e diversidade cultural**. Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Fortaleza: Realce, 2008.
- VIEIRA JR. Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza: D. Rocha; Hucitec, 2004.

Notas

¹ O conteúdo deste artigo representa parte das reflexões que venho desenvolvendo, juntamente com um grupo de bolsistas, acerca da história da vila/cidade de Limoeiro no período compreendido pelos anos de 1879 e 1930. No trabalho de catalogação, digitalização, transcrição e construção de inventários das fontes pesquisadas nos arquivos da Câmara Municipal e da Biblioteca Pública, contei com o indispensável trabalho dos bolsistas de iniciação científica: Maria do Carmo Moisés de Freitas – IC-FUNCAP e Francisco Ednou Bezerra Maia – IC-UECE.

² Atas da Câmara - Sessões realizadas nos dias 04/12/1917, 13/04/1917 e 11/09/1926 – (ABMLN).